



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 1º TURNO

PROJETO DE LEI N. 561/2023

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça, em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n. 561/2023, de autoria do Vereador Cleiton Xavier, que pretende a desafetação das áreas “I - áreas não implantadas correspondentes à Praça 1754, código 304530, e à Travessa 1753, código 304529, anexadas aos lotes 18A, 18C, 34B, 34C, 35A, 35B, 36, 37A, 37B, 37C, 37D, 38 e 39 da quadra 17; II - áreas não implantadas correspondentes à Rua Brinco de Princesa, código 112268, entre a Praça 1754, código 304530, e a Rua Nebagil de Carvalho, código 112201, anexadas aos lotes 32A, 32B, 32C, 32D, 34A e 34B da quadra 17;”

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise “Dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza sua alienação mediante venda ou permuta.”.

Dando prosseguimento aos trabalhos desta Comissão de Legislação e Justiça, propus que a presente proposição fosse baixada em diligência nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Gabinete do Excelentíssimo Sr. Fuad Noman Prefeito de Belo Horizonte, solicitando o encaminhamento ao órgão competente para emitir parecer sobre a viabilidade e interesse público do município frente a essa desafetação.

Em resposta à Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 561/2023 — Autoria do Vereador Cleiton Xavier — encaminhada pelo ofício Dirleg nº 3464-23/2023, de 12/05/2023, o Secretário Municipal de Política urbana, João Antônio Fleury Teixeira, asseverou “*Em análise à área indicada no PL, verifica-se que esta apresenta lotes aprovados e planta CP aprovada 282.049-N282.008-M, que se encontra demarcada com o Zoneamento de Ocupação Moderada - OM-2 e Área de Diretrizes Especiais de Interesse Ambiental. No que tange a Via de Pedestre denominada Travessa 1753, esta aparenta ter desnível considerável, porém, é*

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2023
DATA: 14/06/23
HORA: 13:35



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

possível verificar a utilização da mesma como conexão para residências, conforme Google Street View. Verifica-se ainda que a Rua Brinco de Princesa é classificada como via local, possuindo permissividade preferencialmente residencial”.

Além disso, afirmou que “Diante da complexidade da situação (ática, se faz necessária avaliação cautelosa do caso e levantamento topográfico detalhado, visando resguardar direito de terceiros, uma vez que há a possibilidade de ocorrer interferência no acesso das edificações existentes no local. Uma vez que, é possível observar pela imagem aérea que existem casos em que há diferentes edificações em um mesmo lote, tanto em terrenos com acesso para a Rua Liliun e como em outros com acesso para a travessa.”

Continuou sustentando que “para que seja possível a regularização pretendida, é necessário que haja análise conjunta envolvendo os órgãos envolvidos, posto que existem aspectos relacionados à mobilidade; questões ambientais, por se tratar de área inserida em ADE de Interesse Ambiental, além de envolver questões urbanísticas e de parcelamento do solo, que precisam ser devidamente verificadas.”

Por fim, “manifesta-se desfavoravelmente à desafetação e à alienação da área mencionada no PL n° 561/2023, pois não há necessidade de aprovação de lei para a resolução desta demanda, uma vez que as áreas em frente aos lotes se enquadram no conceito de área remanescente e existe, por meios administrativos, a possibilidade de os proprietários desses lotes solicitarem à Secretaria Municipal de Fazenda, via Diretoria Central de Patrimônio, a avaliação sobre a possibilidade de alienação.”

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

Inicialmente importa frisar que a análise da constitucionalidade de determinada proposição corresponde à avaliação de compatibilidade desta com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição da República e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição Federal ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

Dado que o sistema de ordenamento brasileiro moderno encontra fundamentos sob sua lei suprema, o controle de constitucionalidade faz-se premente e, sobretudo, cogente, já que o intuito é sanar as possíveis transgressões normativas.

O art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal, concede ao ente municipal a possibilidade de legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

Dispõe o art. 30, inciso I, da Constituição da República:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local.

II- suplementar a legislação federal e estadual no que couber.”

Quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, também não vislumbro nenhum vício no presente Projeto de Lei, uma vez que a iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, estabelecida na Constituição Federal e Estadual, deve ser interpretada de forma restritiva.

Nesse sentido, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em numerus clausus, no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. Não se pode ampliar aquele rol, para abranger toda e qualquer situação que crie despesa para o Estado-membro, em especial quando a lei prospere em benefício da coletividade. (ADI n. 3394-8, Rel. Ministro Eros Grau, DJ. 24/08/2007).

Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal. Previsão de realização de campanha pública de conscientização sobre depósito de materiais recicláveis. Constitucionalidade. - Não é inconstitucional lei municipal, de iniciativa do Legislativo local, que prevê a realização de campanha pública de conscientização sobre o depósito de materiais recicláveis por parte da Administração Municipal, ainda que disso resulte aumento de despesas para o Executivo, mesmo porque as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas em 'numerus clausus' no artigo 61 da Constituição Federal,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

referindo-se apenas às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública. (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.08.476253-3/000 - Comarca de Iturama - Requerente: Prefeito Municipal de Iturama - Requerida: Câmara Municipal de Iturama - Relator: Des. José Antonino Baía Borges.)

Diante do exposto, não vislumbro vício de competência, de iniciativa ou violação aos princípios constitucionais, razão pela qual concluo pela constitucionalidade do Projeto de Lei n. 561/2023.

2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Sobre a desafetação de bem público, importante destacar que a matéria está consubstanciada em normas federais e municipais. Na esfera nacional, os arts. 98 a 101 do Código Civil, assim como do Artigo 17, II, e §6º da Lei 8.666/1993, tratam do tema, conforme segue abaixo:

Art. 98 – São públicos os bens de domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem:

Art. 99 – São bens públicos.

I- os de uso comum do povo, tais como risos, mares, estradas, ruas e praças.

II- os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III- os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Parágrafo único. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Art. 100. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

Art. 101. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

Art. 102. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

Art. 103. O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Art.17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I- quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos.

O Projeto de Lei em exame segue normalmente os ditames federais narrados supra. Mesmo que a resposta da Prefeitura de Belo Horizonte indique a desnecessidade de aprovação de uma Lei para a resolução desta demanda, ressalto que tal ponto deve ser analisado em termos de mérito legislativo, não por meio desta Comissão de Legislação e Justiça.

De tal modo, sem vislumbrar impeditivos de ordem jurídica, entendo pela legalidade do Projeto de Lei n. 561/2023.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade do Projeto de Lei n. 561/2023.

3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei n. 561/2023.

Belo Horizonte, 19 de junho de 2023.

FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Vereadora Fernanda Pereira Altoé

Assinado de forma digital por
FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Dados: 2023.06.19 13:31:47 -03'00'

RELATORA

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 19/06/2023 16:36:29 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer PL 561-2023 - Desafetação de bem Público Bairro Juliana (1).pdf
Resumo SHA256 do arquivo 9be9a3499371a94a9a20d4a4d98592aae1013c1fe694886a43046021a4478cc9
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:***198986**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 19/06/2023 16:31:47 UTC

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 602/2023
VOTO DO RELATOR

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Vereador José Ferreira, que *Dá nova redação ao art. 29 da Lei nº 10.836 de 29 de julho de 2015.*

Após ser devidamente instruído com a legislação correlata, fui designado Relator – conforme despacho de recebimento – para análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 602/2023.

Em síntese, é o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei nº 602/2023 altera o art. 29 da Lei nº 10.836 de 29 de julho de 2015, para dispor sobre a participação de membros do legislativo no Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte.

Conforme os autores,

O projeto em questão tem por objetivo garantir em lei uma estrutura de composição mais diversificada de representantes da sociedade belo-horizontina, tornando o Conselho Municipal de Assistência Social mais dinâmico com a participação de representantes do Poder Legislativo, que tem o compromisso constitucional de fiscalizar as ações do Executivo.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

2.1 Da Constitucionalidade

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 22/05/23
HORA. 11:57

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República e da Constituição Estadual.

Cabe, portanto, a esta Comissão de Legislação e Justiça, efetuar o controle de constitucionalidade preventivo com o intuito de impedir que disposições contrárias às Constituições supracitadas sejam inseridas no arcabouço normativo municipal.

No caso em tela, evidencia-se que o Projeto de Lei nº 602/2023, ao propor a alteração de legislação municipal vigente, encontra-se em consonância com a competência municipal, disposta no art. 30, incisos I, da Constituição da República, haja vista dispor em matéria pertinente ao interesse local

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Neste mesmo sentido disciplina a Constituição Mineira em seu art. 171, I.

Art. 171. Ao Município compete legislar:

I — sobre assuntos de interesse local, notadamente:

Destaca-se, no que diz respeito à matéria analisada, que o art. 204, inciso I da CRFB/1988 dispõe que as ações na área da assistência social serão organizadas com base na seguinte diretriz:

Art. 204. (...)

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

Tendo como objetivo a diversificação e a descentralização do Conselho Municipal de Assistência Social, o Projeto de Lei nº 602/2023 vai ao encontro das diretrizes constitucionais no âmbito da assistência social previstas no artigo supracitado.

Nestes termos, a proposição em tela afigura-se constitucionalmente adequada para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

2.2 Da Legalidade

No que concerne à legalidade/juridicidade, cumpre examinar a concordância da proposição legislativa frente ao arcabouço normativo infraconstitucional. Exige-se, portanto, a conformidade do ato com as regras e os princípios gerais consagrados pelos diversos ramos do direito.

No que diz respeito ao projeto de Lei nº 602/2023, que apenas altera Lei em vigor, não se evidencia conflito desta proposição com a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – LOMBH – e com a legislação infraconstitucional, estando, portanto, respaldada pela legalidade/juridicidade.

2.3 Da Regimentalidade

Não se vislumbra, no que diz respeito à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei nº 602/2023, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade do Projeto de Lei nº 602/2023.

Belo Horizonte, 22 de maio de 2023

IRLAN CHAVES

DE OLIVEIRA

MELO:9236076

9634

Vereador Irlan Melo

Líder do Patriota

Assinado de forma digital por IRLAN
CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multipla v5,
ou=22882751000111, ou=Presencial,
ou=Certificado PF A3, cn=IRLAN
CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
Dados: 2023.05.22 11:19:26 -03'00'

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 22/05/2023 14:48:03 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer PL 602-23 - altera membros do CMAS.pdf
Resumo SHA256 do arquivo da06bae6123338424b5bc47d71ac2bcf0057a170cb37855ed7a46b3f77a119a5
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:***607696**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial,
OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 22/05/2023 14:19:26 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 1º TURNO

PROJETO DE LEI N. 603/2023

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça, em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n. 603/2023, de autoria do Vereador Wagner Ferreira, que “Institui o Plano Municipal da Primeira Infância de Belo Horizonte (PMPIBH)”.

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise visa instituir “o Plano Municipal da Primeira Infância de Belo Horizonte (PMPIBH) e estabelece os princípios de sua formulação e para a implementação de políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância, em consonância com a Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016, que contém o Marco Legal da Primeira Infância, e com os arts. 157 e 158 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH”. Para tanto, apresenta princípios e indicações para elaboração e execução do Plano.

Como justificativa expõe que:

Para garantir a promoção e a proteção dos direitos das crianças, por meio da Lei Federal nº 13.257/2016, foi instituído o Marco Legal da Primeira Infância, que visa superar a segmentação de ações, aumentando a eficácia das políticas voltadas à infância.

Com base no Marco Legal da Primeira Infância, a sociedade civil e as instâncias governamentais municipais podem se organizar para elaborar o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI). O PMPI é um plano intersetorial pelo atendimento aos direitos das crianças na primeira infância no âmbito do município. O objetivo central do PMPI é articular diferentes setores da administração municipal visando estabelecer metas e complementar suas ações para cumprir o dever do Estado na garantia da prioridade absoluta dos direitos das crianças.

Belo Horizonte precisa acompanhar as políticas públicas voltadas para a primeira infância; ou melhor, na posição de capital de um estado tão diverso e rico, Belo Horizonte precisa ser exemplo para os mais de 850 municípios de Minas Gerais. Existem apenas duas cidades em Minas Gerais com esse Plano Municipal aprovado: Alfenas e Jequitinhonha. Ainda há tempo para nos destacarmos e termos, em breve, um Plano robusto e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

voltado para todas as infâncias belo-horizontinas.

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição da República ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

Nesse sentido, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, conforme dispõe o art. 23, inciso V e art. 30, incisos I e II da Constituição da República:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XV - proteção à infância e à juventude;

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, também não vislumbro nenhum vício no presente Projeto de Lei, uma vez que a iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, estabelecida na Constituição Federal e Estadual, deve ser interpretada de forma restritiva.

Nesse sentido, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

*(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em *numerus clausus*, no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. Não se pode ampliar aquele rol, para abranger toda e qualquer situação que crie despesa para o Estado-membro, em especial quando a lei prospere em benefício da coletividade. (ADI n. 3394-8, Rel. Ministro Eros Grau, DJ. 24/08/2007).*

*Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal. Previsão de realização de campanha pública de conscientização sobre depósito de materiais recicláveis. Constitucionalidade. - Não é inconstitucional lei municipal, de iniciativa do Legislativo local, que prevê a realização de campanha pública de conscientização sobre o depósito de materiais recicláveis por parte da Administração Municipal, ainda que disso resulte aumento de despesas para o Executivo, mesmo porque as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas em '*numerus clausus*' no artigo 61 da Constituição Federal, referindo-se apenas às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública. (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.08.476253-3/000 - Comarca de Iturama - Requerente: Prefeito Municipal de Iturama - Requerida: Câmara Municipal de Iturama - Relator: Des. José Antonino Baía Borges.)*

Destarte, pelo fato de o tema objeto do projeto de lei em análise não se encontrar expressamente contemplado entre aqueles a serem tratados por lei de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º da Constituição da República) ou do Governador do Estado de Minas (art. 66, III da Constituição Mineira) e, por simetria, do Prefeito, não há inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa.

Por fim, verifica-se que a matéria objeto do presente Projeto de Lei encontra respaldo no caput dos art. 6º e do art. 227, da Constituição Federal:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Assim, a instituição de um Plano Municipal da Primeira Infância de Belo Horizonte voltado para a implementação de políticas públicas em prol dos direitos da criança na primeira infância, atende ao direito fundamental de proteção à infância previsto constitucionalmente.

De tal modo, entendo pela constitucionalidade do Projeto de Lei n. 603/2023.

2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a este ponto, verifica-se que o Projeto está de acordo com o ordenamento jurídico e não apresenta qualquer violação à legislação vigente sobre o tema.

Nesse sentido, a proposição está em consonância com a Lei Federal n. 13.257/2016 (Marco Legal da Primeira Infância), que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, notadamente o caput dos arts. 7º e 8º:

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir, nos respectivos âmbitos, comitê intersetorial de políticas públicas para a primeira infância com a finalidade de assegurar a articulação das ações voltadas à proteção e à promoção dos direitos da criança, garantida a participação social por meio dos conselhos de direitos.

Art. 8º O pleno atendimento dos direitos da criança na primeira infância constitui objetivo comum de todos os entes da Federação, segundo as respectivas competências constitucionais e legais, a ser alcançado em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

De tal modo, entendo pela legalidade do Projeto de Lei n. 603/2023.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade do Projeto de Lei n. 603/2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei n. 603/2023.

Belo Horizonte, 19 de junho de 2023.

FERNANDA PEREIRA

ALTOE:04519898641

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
RELATORA

Assinado de forma digital por
FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Dados: 2023.06.19 13:25:55 -03'00'

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 19/06/2023 16:36:01 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer PL 603-2023 institui plano municipal da primeira infância.pdf
Resumo SHA256 do arquivo 92d8ff5007b413c2cdfe2f17f2259d7ac2b622bd6553f29b0e3af5337d7cc708
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:***198986**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 19/06/2023 16:25:55 UTC

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 607/2023

VOTO DO RELATOR

1- DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Vereador Reinaldo Gomes Preto Sacolão que “Dispõe sobre a destinação preferencial de todos os assentos dos veículos do sistema de transporte coletivo urbano aos idosos, mulheres gestantes ou com crianças de colo, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, e dá outras providências”

Designado Relator para análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 607/2023, passo à fundamentação do presente parecer.

Em síntese, é o relatório.

1- FUNDAMENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei visa destinar todos os assentos dos veículos do transporte coletivo, de forma preferencial, para idosos, pessoas com deficiência, gestantes, obesos e pessoas com crianças de colo.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2.1 Da Constitucionalidade

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.

Cabe, portanto, a esta Comissão de Legislação e Justiça efetuar o controle de constitucionalidade preventivo com o intuito de impedir que disposições contrárias às Constituições supracitadas sejam inseridas no arcabouço normativo municipal.

No caso em tela, evidencia-se que o Projeto de Lei nº 607/2023 encontra-se em perfeita consonância com a competência municipal, disposta no art. 30, inciso I da Constituição da República, haja vista dispor em matéria pertinente ao interesse local.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Neste mesmo sentido disciplina a Constituição Mineira em seu art. 171, I.

Art. 171 —Ao Município compete legislar:

I - sobre assuntos de interesse local, notadamente::

Não se evidencia, ainda, vício no projeto de Lei nº 607/2023 quanto à sua iniciativa, uma vez que a matéria de competência privativa do Chefe do Executivo restringe-se a disposições que tratam da estrutura da Administração Pública Municipal, que criam atribuições para seus órgãos, e que tratam sobre regime jurídico de servidores públicos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Destaca-se, portanto, que a iniciativa legislativa privativa consiste em matéria de direito excepcional, sendo impositiva a interpretação restritiva. Neste sentido é pacífico o entendimento do STF.

(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em *numerus clausus*, no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. (ADI n. 3394-8, Rd Ministro Eros Grau, D1 24/08/2007).

No que concerne à proteção às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, ressaltamos que a Constituição Federal determina que podem legislar concorrentemente sobre o assunto a União, os Estados e o Distrito Federal (artigo 24, inciso XIV) e ao Município confere a competência legislativa suplementar (art. 30, inciso II), no âmbito do predominante interesse local (art. 30, inciso I).

Por todo exposto, a proposição em comento, sob o ponto de vista da constitucionalidade, afigura-se adequada ao ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador. Concluo portanto pela **constitucionalidade** do Projeto de lei 607/2023

2.2 Da Legalidade

No que concerne à legalidade/juridicidade, cumpre examinar a concordância da proposição legislativa frente ao arcabouço normativo infraconstitucional. Exige-se, portanto, a conformidade do ato com as regras e os princípios gerais consagrados pelos diversos ramos do direito.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A Lei Federal nº 7.853/89, dispõe em seu art. 2º competir ao Poder Público e seus órgãos assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício dos direitos que propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Quanto aos idosos importa notar que a propositura vai ao encontro da disciplina traçada pelo Estatuto do Idoso - Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, verbis:

Art. 20. O idoso tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Art. 39. Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

§ 2º Nos veículos de transporte coletivo de que trata este artigo, serão reservados 10% (dez por cento) dos assentos para os idosos, devidamente identificados com a placa de reservado preferencialmente para idosos."

Importa destacar que o art. 39, §2º da mencionada lei apenas trata de uma garantia mínima, que pode vir a ser ampliada nos termos de lei municipal, que amplie a proteção ao idoso.

Frente ao exposto, no que diz respeito ao projeto de Lei nº 607/2023, observa-se que não há conflito desta proposição com a legislação infraconstitucional.

Concluo, portanto, pela **legalidade/juridicidade** do Projeto de Lei nº 607/2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2.3 Da Regimentalidade

Não se vislumbra, no que pertine à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento do projeto de Lei nº 607/2023, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela **constitucionalidade, legalidade, regimentalidade** do projeto de Lei nº 607/2023.

RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:
4953186
7615

Assinado de
forma digital
por RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:495318
67615
Dados:
2023.06.19
08:21:44 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio

Relator

INÍCIO

TERMOS DE USO

F.A.Q.

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com [MP 2.200-2/2001](#)

Data de verificação

19/06/2023 11:31:37 UTC

Versão do software

2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo

Parecer PL 607.2023.pdf

Resumo SHA256 do arquivo


b8ed6296b8d886b77287440608e6edee1ac870884c50fab522c57306ec9c5145

Tipo do arquivo

PDF

Quantidade de assinaturas

1

▼  Assinatura por CN=RAMON BAPTISTA BIBIANO:***318676**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura

Destacada

Status da assinatura

Aprovado

Caminho de certificação

Aprovado

Estrutura da assinatura

Conformidade com o padrão (ISO 32000).

Cifra assimétrica

Aprovada

Resumo criptográfico

Correto

Data da assinatura

19/06/2023 11:21:44 UTC

Status dos atributos

Aprovados

{ ▶ Informações do assinante

{ ▶ Caminho de certificação

{ ▶ Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 769 / 2013**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Para Redação Final**

Em 05/06/2023,

CCM - 526

Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 12 / 06 / 202347
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 769/13

Relatório

O Projeto de Lei nº 769/13, que “Dispõe sobre a desafetação e dá outras providências da área que menciona”, de autoria do vereador Professor Juliano Lopes, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 769/13.

Belo Horizonte, 12 / 06 / 23

RELATOR

CHEF_DIRLEG-13/ Jun/23-09:33:11-003274-1



PROJETO DE LEI Nº 769/13

Desafeta a área que menciona.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Ficam desafetados como bens públicos de uso especial, passando a integrar o patrimônio dominial do Município, as partes lindeiras dos lotes 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 do quarteirão 135, CP 159-062-G; que ultrapassam o limite com o lote 24 do quarteirão 77, no Bairro Teixeira Dias.

Parágrafo único - As partes desafetadas indicadas no *caput* deste artigo correspondem às seguintes áreas:

I - Lote 6 (seis): 23,33m² (vinte e três vírgula trinta e três metros quadrados);

II - Lote 7 (sete): 201,74m² (duzentos e um vírgula setenta e quatro metros quadrados);

III - Lote 8 (oito): 201,08m² (duzentos e um vírgula zero oito metros quadrados);

IV - Lote 9 (nove): 162,91m² (cento e sessenta e dois vírgula noventa e um metros quadrados);

V - Lote 10 (dez): 113,22m² (cento e treze vírgula vinte e dois metros quadrados);

VI - Lote 11 (onze): 85,45m² (oitenta e cinco vírgula quarenta e cinco metros quadrados);

VII - Lote 12 (doze): 179,32m² (cento e setenta e nove vírgula trinta e dois metros quadrados);

VIII - Lote 13 (treze): 63,83m² (sessenta e três vírgula oitenta e três metros quadrados);

IX - Lote 14 (quatorze): 40,78m² (quarenta vírgula setenta e oito metros quadrados);

X - Lote 15 (quinze): 40,40m² (quarenta vírgula quarenta metros quadrados);

XI - Lote 16 (dezesseis): 145,89m² (cento e quarenta e cinco vírgula oitenta e nove metros quadrados).

Art. 2º - Fica autorizada a venda das partes desafetadas indicadas no *caput* do art. 1º desta lei com preferência de compra dos proprietários dos imóveis limítrofes a essas partes.

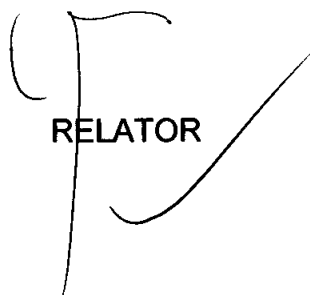


CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 12/06/23


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
<hr/> DIVATO



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 148 / 2017**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Para Redação Final**

Em 13/06/2023,

[Assinatura]
Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 16 / 06 / 2023[Assinatura]
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 148/17

Relatório

O Projeto de Lei nº 148/17, que "Institui o Sistema integrado sobre Violência nas Escolas da rede municipal de ensino, e dá outras providências", de autoria do vereador Jorge Santos, foi aprovado pelo Plenário com a Emenda nº 1 e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Cabe destacar que foi dada nova redação ao *caput* do art. 4º devido à aprovação da Emenda nº 1.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 148/17.

Belo Horizonte, 16 / 06 / 23

RELATOR

CMBH_DIRLEG-16/jun/23-15:57:02-003421-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

PROJETO DE LEI Nº 148/17

Institui o Sistema integrado sobre Violência nas Escolas da rede municipal de ensino.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema Integrado sobre Violência nas Escolas da rede municipal de ensino com os seguintes objetivos:

I - mapear e monitorar condutas ou atos de violência ocorridos no ambiente escolar envolvendo alunos, professores, dirigentes e agentes públicos que atuam nas escolas;

II - identificar estabelecimentos de ensino com mais ocorrências relacionadas à violência;

III - intensificar ações sociais nas escolas com ocorrências relacionadas à violência;

IV - colaborar com a formação de políticas públicas necessárias à redução da violência no ambiente escolar;

V - adotar providências cabíveis para a redução da sensação de impunidade;

VI - colaborar com a melhoria e a qualidade dos serviços educacionais prestados na rede municipal de ensino, proporcionando um ambiente adequado ao aprendizado e ao desenvolvimento do educando;

VII - otimizar, economizar e adequar recursos públicos;

VIII - valorizar o corpo docente das escolas;

IX - fortalecer a humanização e o acolhimento do corpo discente.

Parágrafo único - Para os fins desta lei, entende-se como conduta ou ato de violência o fato que provoque constrangimento físico ou moral por meio de ameaça, coação ou força física que resulte em atentado à integridade de alunos, professores, dirigentes e agentes públicos que atuam nas escolas, e também a ação que resulte em dano ao patrimônio público ou social.

Art. 2º - O sistema integrado de que trata esta lei deverá identificar as escolas onde ocorrem conduta ou atos de violência, suas principais causas, o perfil das vítimas e dos agressores, o local dos fatos e outros fatores considerados relevantes para sua análise.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Art. 3º - Os dados coletados no sistema integrado de informações de que trata esta lei serão compilados, tabulados, sistematizados e analisados para a elaboração de relatórios que irão orientar ou subsidiar ações sociais, políticas públicas de prevenção, estudos e pesquisas com o objetivo de reduzir ou erradicar a violência no ambiente escolar.

Art. 4º - As condutas ou atos de violência deverão ser formalizados em termo de ocorrência especialmente elaborado para esse fim.

Parágrafo único - Para os fins desta lei, entende-se como termo de ocorrência o registro informativo destinado a caracterizar o fato relacionado a conduta ou ato de violência ocorrido no ambiente escolar, sem prejuízo das demais providências a serem adotadas, conforme legislação em vigor.

Art. 5º - Poderão ser adotadas diversas medidas de combate à violência, de acordo com a peculiaridade de cada escola, entre as quais:

I - implantação de projetos pedagógicos específicos nas escolas com maiores índices de violência, com vistas ao reconhecimento dos direitos humanos e à promoção da cultura da paz;

II - campanhas educativas de conscientização, valorização da vida e do exercício da cidadania;

III - ações culturais, esportivas e sociais como forma de fortalecer a conexão entre a escola e a comunidade;

IV - qualificação e capacitação do corpo docente e de agentes públicos que atuam na rede municipal de ensino.

§ 1º - O termo de ocorrência a que se refere esta lei deverá ser devidamente preenchido e encaminhado ao órgão da administração municipal competente, conforme estabelecido em decreto regulamentador.

§ 2º - Poderão figurar como declarantes dirigentes, professores, funcionários, pais, responsáveis ou qualquer cidadão que tiver conhecimento ou tiver presenciado conduta ou ato de violência ocorrido no interior de estabelecimento de ensino, desde que plenamente identificados.

§ 3º - A administração municipal deverá manter sigilo, quando solicitado, providenciando, junto aos órgãos competentes, a proteção dos declarantes.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

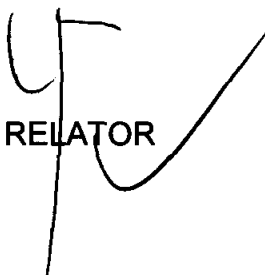


CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 16 / 06 / 23


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
<hr/> DIVATO



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 398 / 2017**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação Final

Em 05/06/2023,

CCM-526

Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 16 / 06 / 2023[Assinatura]
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg

Fl.

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 398/17

Relatório

O Projeto de Lei nº 398/17, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação no site oficial da prefeitura, as informações sobre a aplicação de recursos derivados de multas de trânsito no âmbito do município e dá outras providências”, de autoria do vereador Jorge Santos, foi aprovado pelo Plenário com a Emenda nº 1 e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Cabe destacar que foi dada nova redação ao art. 2º, devido à aprovação da Emenda nº 1, e foi modificada a ementa para conformá-la à redação do art. 1º do presente projeto.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 398/17.

Belo Horizonte, 16/06/23

RELATOR

CHEF_DIREG-16/JUN/23-15:57:17-003422-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

PROJETO DE LEI Nº 398/17

Fica o Município obrigado a publicar, no sítio oficial da Prefeitura de Belo Horizonte, demonstrativos de arrecadação e de destinação dos recursos decorrentes da aplicação de multas de trânsito.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica o Município obrigado a publicar, mensalmente, no sítio oficial da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH, demonstrativos de arrecadação e de destinação dos recursos decorrentes da aplicação de multas de trânsito, derivados do sistema de fiscalização e de controle da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A. - BHTrans.

Art. 2º - A publicação de que trata esta lei consistirá de relatório, entre outros, com as seguintes informações:

I - o número total de infrações de trânsito aplicadas no Município por:

a) equipamentos eletrônicos de fiscalização;

b) agentes de trânsito, para as infrações realizadas por anotação ou por meio de aplicativo.

Art. 3º - Além das informações previstas no art. 2º desta lei, a publicação conterá informações quanto à destinação dos recursos arrecadados com aplicação de multas, principalmente quanto ao custeio dos órgãos responsáveis pela gestão do trânsito, à aplicação na melhoria da sinalização, aos recursos aplicados em sinalização, à fiscalização, à engenharia de tráfego e de campo, às campanhas educativas congêneres e aos valores destinados para o fundo municipal do trânsito.

Art. 4º - Esta lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias.

Belo Horizonte, 16 / 06 / 23


RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 528 / 2023**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação Final

Em 13/06/2023,

CGM - 526

Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Iran Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 16 / 06 / 20239
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 528/23

Relatório

O Projeto de Lei nº 528/23, que “Institui a Loteria do município de Belo Horizonte - BHLOT”, de autoria do vereador Professor Juliano Lopes, foi aprovado pelo Plenário com a Emenda nº 1 e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo. Entre essas, cabe destacar a supressão do art. 4º do projeto em decorrência da aprovação da Emenda nº 1 e a renumeração dos artigos subsequentes.

Tais adequações não implicam prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 528/23.

Belo Horizonte, 16 / 06 / 23


RELATOR

CMBH_DIRLEG-16/jun/23-15:56:48-003420-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

PROJETO DE LEI Nº 528/23

Institui a BHLOT.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica instituída a Loteria do Município de Belo Horizonte - BHLOT, que poderá explorar quaisquer modalidades lotéricas previstas na Lei Federal nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

§ 1º - Considera-se jogo lotérico toda operação, jogo ou aposta, na modalidade de concurso de prognóstico, para obtenção de prêmio em dinheiro ou em bens de outra natureza.

§ 2º - As modalidades lotéricas poderão ser exploradas por quaisquer meios de venda possíveis, inclusive por meio eletrônico e na forma *online*.

Art. 2º - O serviço público de loteria municipal será explorado pelo Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SMDE - ou por parceria, concessão ou permissão.

Art. 3º - Todas as modalidades lotéricas a serem exploradas pela BHLOT serão regulamentadas por meio de seus respectivos planos lotéricos.

CAPÍTULO II

DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DAS LOTERIAS

Art. 4º - O direito dos apostadores contemplados de reclamar o valor dos prêmios ofertados prescreverá em 90 (noventa) dias.

Parágrafo único - Os valores dos prêmios prescritos e não reclamados serão revertidos em renda a favor do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 5º - No caso de exploração do serviço público de loteria municipal por meio de parceria, concessão ou permissão, a empresa responsável pelo serviço fica obrigada a operacionalizar o concurso e a distribuir a premiação, dentro das condições impostas na delegação outorgada pela municipalidade.

§ 1º - A empresa executora do serviço público de loteria municipal decorrente de parceria, concessão ou permissão, se responsabiliza pela elaboração dos planos de sorteio, pelo fornecimento de equipamentos, pela distribuição, pelas vendas e pela publicidade, pela credencial dos agentes distribuidores e revendedores nomeados pela municipalidade, pelo pagamento dos prêmios e pelo controle



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

administrativo, financeiro e estatístico de vendas, arrecadação e recolhimento dos tributos incidentes.

§ 2º - Pelo eventual não recolhimento de tributos ou da renda destinada ao Fundo Municipal de Assistência Social, assim como com o não pagamento e/ou entrega dos prêmios, após notificada, a executora deverá recolher ao Fundo Municipal de Assistência Social, a título de multa, o equivalente a 20 (vinte) vezes o valor inadimplido, ficando suspensa a concessão até a comprovação de sua regularização e, em caso de reincidência, terá a executora a sua delegação cancelada.

§ 3º - Findo o exercício financeiro, em 31 de dezembro de cada ano ou na forma que dispuser a delegação, a empresa executora deverá fornecer, dentro de 60 (sessenta) dias, cópia de suas operações devidamente auditadas.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º - O Executivo, por meio da SMDE ou por meio de parceria, concessão ou permissão, adotará os sistemas de garantia que julgar convenientes à segurança contra adulteração ou contratação dos bilhetes.

Art. 7º - A SMDE disciplinará a forma da entrega dos valores destinados à Seguridade Social, ao imposto de renda incidente sobre a premiação e aos demais beneficiários legais.

Art. 8º - Cabe ao Executivo, por meio da SMDE, regulamentar o disposto nesta lei e editar as normas complementares que se fizerem necessárias.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 16 / 06 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 609/2023 – 1º Turno

Erro material. Leia-se:

PARECER EM TURNO ÚNICO

Comissão de Legislação e Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 609/2023, de autoria do Ver(a) Wagner Ferreira, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito do Município de Belo Horizonte, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

- 1) A pessoa que se deseja homenagear com a denominação do próprio público foi condenada judicialmente por crime hediondo, por crime contra o estado democrático, a administração pública ou os direitos individuais?
- 2) Existe duplicidade de denominação de próprio público, a qual se entende por outorgar, tais como:
 - I - o mesmo nome a mais de um próprio público, a mais de uma passagem ou a mais de um bairro;
 - II - o mesmo nome a um logradouro oficial e a uma passagem;
 - III - mais de um nome ao mesmo próprio público, à mesma passagem ou ao mesmo bairro;
 - IV - denominação que se refira à mesma pessoa ou a entidade, fato, data e outros, nos casos a que se referem os incisos I, II e III do artigo 22 da Lei 9.691 de 19 de janeiro de 2009, ainda que sejam utilizadas palavras ou expressões distintas.
- 3) Foram observados os arts. 24 e 25 da Lei 9.691/2009 na proposição em tela?

Belo Horizonte, 16 de Junho de 2023

IRLAN CHAVES

DE OLIVEIRA

MELO:9236076

9634

Vereador Irlan Melo

Líder do Patriota

Assinado de forma digital por IRLAN
CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multipla v5,
ou=22882751000111, ou=Presencial,
ou=Certificado PF A3, cn=IRLAN
CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
Dados: 2023.06.16 16:15:02 -03'00'

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 16/06/23
HORA. 16:16

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO**▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001**

Data de verificação 16/06/2023 19:19:49 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo PL 609-23 - diligência.pdf
Resumo SHA256 do arquivo 50d10f5cc8598bea226e9d45a75feba318f01f86d26ef19f5ad9f05e617454f
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:*607696**,
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla
v5, O=ICP-Brasil, C=BR**

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 16/06/2023 19:15:02 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante**▶ Caminho de certificação****▶ Atributos**

**AVALIE ESTE
SERVIÇO****EXPANDIR
ELEMENTOS****Modo escuro** ☐